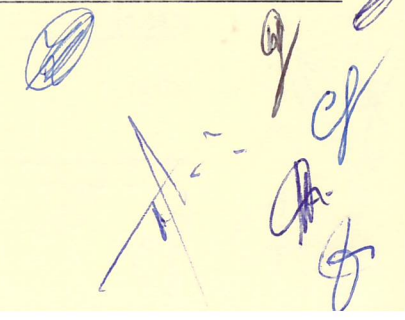


BALANÇO PATRIMONIAL INTERMEDIÁRIO
DOS PERÍODOS FINDOS EM 30/06/2018
(em milhares de reais)

ATIVO	Nota	30/06/2018	31/12/2017	PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	Nota	30/06/2018	31/12/2017
Circulante		209.856	199.210	Circulante		323.468	353.387
Caixa e equivalentes de caixa.....	5	123.587	108.959	Salários, provisão e encargos sociais.....	15	64.392	52.994
Valores vinculados à aplicação em infraestrutura.....	6	14.582	13.893	Fornecedores e prestadores de serviços.....		16.009	38.874
Contas a receber de clientes, líquidas.....	7	49.939	56.147	Impostos e contribuições.....	16	20.952	19.736
Estoques.....		416	574	Juros sobre capital próprio a pagar.....	22.2	-	1.500
Créditos tributários.....	8	3.997	3.893	Plano de pensão.....	18	5.733	13.339
Despesas antecipadas.....		-	51	Obras efetuadas por arrendatários.....	19	16.275	15.477
Outros créditos.....	23.1	17.335	15.693	Provisão para riscos trabalhistas, cíveis e tributários.....	17	165.996	170.400
				Parcelamento processos trabalhistas, cíveis e tributários.....		17.159	26.494
				Outras obrigações.....	24.1	16.952	14.573
Não Circulante		2.980.602	2.978.514	Não Circulante		1.444.514	1.405.495
Realizável a Longo Prazo		1.228.757	1.209.005	Provisão para riscos trabalhistas, cíveis e tributários.....	17	174.365	161.634
Contas a receber de clientes, líquidas.....	7	832.425	832.873	Receita diferida.....	21	348.031	360.808
Partes relacionadas.....	9	6.650	4.582	Obras efetuadas por arrendatários.....	19	116.062	117.985
Depósitos judiciais.....	11	108.603	89.079	Créditos da União para aumento de capital.....	20	764.701	719.614
Bens destinados à alienação.....	10	827	246	Parcelamento processos trabalhistas, cíveis e tributários.....		5.523	13.061
Imposto de renda e contribuição social diferidos.....	31.1	268.190	270.616	Outras obrigações.....	24.2	35.832	32.393
Outros créditos.....	23.2	12.062	11.609				
				Patrimônio Líquido		1.422.476	1.418.842
Imobilizado	12	1.739.166	1.754.724	Capital social.....	22.1	1.414.100	1.414.100
Intangível	13	12.679	14.785	Lucros/Prejuízos acumulados.....		4.077	-
				Reservas de lucros.....	22.2	4.299	4.742
TOTAL DO ATIVO		3.190.458	3.177.724	TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		3.190.458	3.177.724

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.





COMPANHIA DOCAS DO ESTADO DE SÃO PAULO - CODESP
CNPJ 44.837.524/0001-07

**'DEMONSTRAÇÃO INTERMEDIÁRIA DO RESULTADO
DOS PERÍODOS FINDOS EM 30/06/2018**
(em milhares de reais, exceto o lucro (prejuízo) por lote de mil ações)

	Nota	01/04/2018 a 30/06/2018	01/04/2017 a 30/06/2017	01/01/2018 a 30/06/2018	01/01/2017 a 30/06/2017
Receita líquida	25	219.057	227.108	418.139	417.199
Custo dos produtos e dos serviços prestados	26	(109.658)	(109.483)	(229.490)	(232.289)
Lucro bruto		109.399	117.625	188.649	184.910
Outras receitas (despesas) operacionais		(81.440)	(66.119)	(144.952)	(171.761)
Despesas administrativas e gerais	27	(58.951)	(57.375)	(123.712)	(174.998)
Outras receitas operacionais	29	325	598	640	19.677
Outras despesas operacionais	30	(22.814)	(9.342)	(21.880)	(16.440)
Lucro (prejuízo) operacional antes do resultado financeiro		27.959	51.506	43.697	13.149
Resultado financeiro		(13.468)	(10.421)	(24.938)	(23.683)
Receitas financeiras	28	2.927	4.089	6.466	10.346
Despesas financeiras	28	(16.395)	(14.510)	(31.404)	(34.029)
Lucro (prejuízo) operacional		14.491	41.085	18.759	(10.534)
Imposto de renda e Contribuição Social	31.1	(10.266)	(11.767)	(14.682)	3.667
Corrente		(9.833)	-	(12.256)	-
Diferido		(433)	(11.767)	(2.426)	3.667
Lucro (Prejuízo) do exercício		4.225	29.318	4.077	(6.867)
LUCRO (PREJUÍZO) POR LOTE DE MIL AÇÕES		0,02	0,11	0,01	(0,03)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

DEMONSTRAÇÃO INTERMEDIÁRIA DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
DOS PERÍODOS FINDOS EM 30/06/2018
(em milhares de reais)

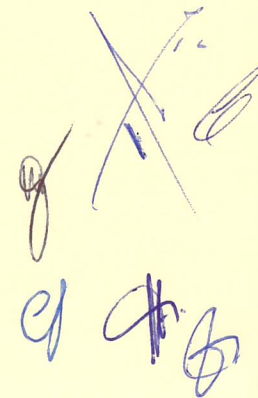
	CAPITAL SOCIAL	RESERVAS DE LUCROS		LUCROS (PREJUÍZOS) ACUMULADOS	TOTAIS
		RESERVA LEGAL	RETENÇÃO DE LUCROS		
Em 1º de janeiro de 2017	1.414.100	-	-	(38.190)	1.375.910
Aumento de capital por capitalização de créditos da União.....	-	-	-	-	-
Aumento de capital por acionistas minoritários.....	-	-	-	-	-
Resultado do exercício.....	-	-	-	(6.867)	(6.867)
Em 30 de junho de 2017	1.414.100	-	-	(45.057)	1.369.043
Em 1º de janeiro de 2018	1.414.100	312	4.430	-	1.418.842
Aumento de capital por capitalização de créditos da União.....	-	-	-	-	-
Aumento de capital por acionistas minoritários.....	-	-	-	-	-
Resultado do exercício.....	-	-	-	4.077	4.077
Reserva legal.....	-	-	-	-	-
Resgate de ações minoritários privados.....	-	-	(443)	-	(443)
Em 30 de junho de 2018	1.414.100	312	3.987	4.077	1.422.476



DEMONSTRAÇÃO INTERMEDIÁRIA CONDENSADA DOS FLUXOS DE CAIXA
DOS PERÍODOS FINDOS EM 30/06/2018
(em milhares de reais)

	01/04/2018 a 30/06/2018	01/04/2017 a 30/06/2017	01/01/2018 a 30/06/2018	01/01/2017 a 30/06/2017
Fluxos de caixa originados de atividades operacionais				
Valores recebidos de clientes	240.121	224.391	471.021	437.897
Valores pagos a fornecedores e prestadores de serviços	(63.337)	(56.722)	(138.283)	(138.766)
Valores pagos a empregados, inclusive benefícios	(64.086)	(67.218)	(132.117)	(140.681)
Valores pagos de encargos sociais	(18.920)	(20.308)	(37.425)	(41.510)
Valores pagos de contingências	(20.094)	(25.864)	(61.784)	(51.262)
Valores pagos de tributos, exceto IR e CSLL	(27.838)	(16.362)	(49.895)	(29.952)
Valores pagos de imposto de renda e contribuição social	(6.032)	-	(7.420)	-
Valores pagos de juros	(1.377)	(1.413)	(2.775)	(2.380)
Outros recebimentos (pagamentos) líquidos	(7.499)	(5.605)	(18.889)	(4.318)
Disponibilidades líquidas geradas pelas (aplicadas nas) atividades operacionais	30.938	30.899	22.433	29.028
Fluxos de caixa originados de atividades de investimentos				
Aquisição de imobilizado	(6.971)	(24.961)	(30.404)	(57.766)
Aquisição de intangível	-	(573)	(303)	(5.978)
Alienação de imobilizado	-	564	-	564
Disponibilidades líquidas geradas pelas (aplicadas nas) atividades de investimentos	(6.971)	(24.970)	(30.707)	(63.180)
Fluxos de caixa originados de atividades de financiamentos				
Recursos de acionistas	4.036	33.136	24.402	41.982
Juros e dividendos sobre capital próprio pagos	(1.500)	-	(1.500)	-
Disponibilidades líquidas geradas pelas (aplicadas nas) atividades de financiamentos	2.536	33.136	22.902	41.982
Aumento (redução) nas disponibilidades	26.503	39.065	14.628	7.830
Saldo inicial de caixa e equivalentes	97.084	104.726	108.959	135.961
Saldo final de caixa e equivalentes	123.587	143.791	123.587	143.791
Aumento (diminuição) de caixa e equivalentes	26.503	39.065	14.628	7.830

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS DE 30/06/2018
em milhares de reais, exceto pela nota nº 33

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Companhia é uma empresa pública de capital autorizado, vinculada ao Ministério dos Transportes, Portos e Aviação Civil, tendo como objeto social a administração e exploração comercial do Porto Organizado de Santos e demais instalações portuárias do Estado de São Paulo, já incorporadas ou que vierem a sê-lo, bem como, por solicitação do Governo Federal, das vias navegáveis interiores e portos de outros Estados, mediante convênio.

Em 29/12/2015, foi assinado o Convênio 001/2015, com vigência de 5 (cinco) anos a partir da data de sua assinatura, para o Porto de Santos administrar o Terminal Pesqueiro de Laguna/SC.

2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS CONDENSADAS DE 30 DE JUNHO DE 2018.

As demonstrações financeiras foram preparadas e estão sendo apresentadas de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21 – (R1) Demonstração Intermediária e evidenciam todas as informações relevantes das demonstrações financeiras intermediárias, as quais estão consistentes com as utilizadas pela Administração na sua gestão.

As demonstrações financeiras intermediárias individuais de 30 de junho de 2018, não incorporam todas as notas e as divulgações exigidas pelas normas contábeis para as demonstrações financeiras anuais, uma vez que o seu objetivo é prover uma atualização das atividades, eventos e circunstâncias significativas em relação aquelas demonstrações financeiras anuais. Portanto, devem ser lidas em conjunto com as demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2017 à disposição no site da empresa.

As demonstrações financeiras intermediárias foram preparadas de forma consistente com as políticas contábeis divulgadas na Nota 3 das demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2017.

A emissão destas demonstrações financeiras intermediárias foi aprovada pela Administração.

3. Mudanças nas práticas contábeis e divulgações

Não houve alterações de normas e práticas contábeis no período findo em 30 de junho de 2018 quando comparadas às últimas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2017.

a) Estimativas e julgamentos contábeis críticos

No período de seis meses findo em 30 de junho de 2018, não houve alteração nas estimativas e premissas que apresentasse risco significativo, com probabilidade de causar ajuste relevante nos valores contábeis dos ativos e passivos para o exercício social corrente, em relação àquelas detalhadas na Nota 4 às últimas demonstrações financeiras anuais.

b) Principais eventos operacionais e societários ocorridos no período de seis meses findo em 30 de junho de 2018:

Como amplamente divulgado através do Diário Oficial da União (DOU), Diário Oficial do Estado de São Paulo (DOE) e jornal de grande circulação, a Companhia Docas do Estado de São Paulo – CODESP, conforme Assembleia Geral Extraordinária de 18/05/2018, Deliberação CONSAD nº 042.2018, de 21/05/2018, Decisão DIREXE nº 216.2018, de 24/05/2018 e Parecer CONFIS nº 002.2018, em conformidade às Leis n.º 6.404/1976 e 13.303/2016, bem como ao Decreto nº 8.945/2016, procedeu ao resgate das ações dos acionistas minoritários privados, cujos valores correspondentes foram retirados da Reserva de Lucros e transferidos para uma conta específica no Passivo Circulante, sendo 98,89% (noventa e oito vírgula oitenta e nove por cento) deste valor.

depositados nas respectivas contas correntes dos acionistas. Desta forma, a partir da Assembleia Geral Extraordinária de 28/06/2018, a Companhia Docas do Estado de São Paulo - CODESP, que era uma sociedade de economia mista, passou a ser uma empresa pública, conforme detalhado na Nota Explicativa nº 22.

4. ADEQUAÇÃO ÀS NORMAS INTERNACIONAIS DE CONTABILIDADE

Com o advento das Leis nºs 11.638/07 e 11.941/09 e os pronunciamentos do Conselho Federal de Contabilidade, por obrigatoriedade, devem ser implementadas as adequações de acordo com as normas internacionais de contabilidade, observando os dispositivos aplicáveis através dos pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis.

Os registros contábeis não atendem ao disposto conforme abaixo:

CPC 33 – Benefícios a empregados: A empresa é patrocinadora de plano de pensão multipatrocinado de benefício definido. Considerando os fatos e eventos em controverso existentes entre as partes e as discrepâncias de valores e de critérios utilizados para apuração dos dados apresentados pelas consultorias contratadas pelas partes, o valor do déficit atuarial declarado pelo PORTUS não está quantificado integralmente nas demonstrações financeiras.

5. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

a) Caixa e equivalentes de caixa

	30/06/2018	31/12/2017
Caixa e bancos	9.274	7.297
Aplicações financeiras	114.313	101.662
Total	123.587	108.959

b) Natureza das aplicações financeiras

As aplicações financeiras estão substancialmente representadas por cotas em fundo de investimento de renda fixa. Na elaboração do fluxo de caixa, essas aplicações foram consideradas como equivalentes de caixa por possuírem liquidez imediata e por estarem sujeitas a um risco insignificante de mudança de valor, as quais são registradas pelos valores de custo, acrescidos dos rendimentos auferidos até a data do balanço, que não excedem o seu valor de mercado ou de realização.

	30/06/2018	31/12/2017
Fundo de renda fixa – BB	12.182	22.305
Fundo de Renda fixa – CEF	102.131	79.357
Total	114.313	101.662

6. VALORES VINCULADOS À APLICAÇÃO EM INFRAESTRUTURA

O Governo Federal através do Sistema Integrado de Administração Financeira – SIAFI remete valores previstos no orçamento de investimentos da CODESP, cuja contrapartida é efetuada em créditos da União para aumento de capital. A nota explicativa nº 20 complementa a informação em relação aos valores recebidos em 2017.

Embora as aplicações possuam liquidez imediata, os recursos são utilizados estritamente para pagamento de obras ou aquisições previstas nas ações do orçamento de investimento com recursos do tesouro nacional, dessa forma estão informados como valores vinculados à aplicação em obras de infraestrutura e não integram as disponibilidades no fluxo de caixa.

Em função dos vencimentos previsto contratualmente, quando não existe recursos do Tesouro disponível para liquidação da obrigação, a CODESP cumpre os compromissos para posterior recebimento da União. Referente ao exposto anteriormente, em 30/06/2018 a empresa é credora do valor de R\$ 29 (R\$ 41 em 31/12/2017 e R\$ 427 em 31/03/2018).

7. CONTAS A RECEBER, LÍQUIDAS

	30/06/2018	31/12/2017
Valores a receber de serviços prestados	1.274.079	1.280.735
(-) Perdas estimadas c/créditos liquidação duvidosa	(391.715)	(391.715)
Total	882.364	889.020
Curto prazo	49.939	56.147
Longo prazo	832.425	832.873

O valor a receber da empresa Libra Terminal 35 S/A, corresponde a 90,66% do valor do contas a receber (90,19% em 31/12/2017). O débito em questão decorre do faturamento emitido conforme disposto no Contrato PRES/32.98. A Secretaria de Portos celebrou, em 02/09/2015, a prorrogação antecipada daquele contrato até 04/09/2035, unificando ao mesmo os contratos PRES/11.95 e DP/19.2000 e transferindo a titularidade à Libra Terminais S/A, conforme segundo termo aditivo ao contrato PRES/32.98, no qual também foram estipulados os novos valores do arrendamento. O litígio relativo ao débito anterior à assinatura do termo aditivo foi transferido para um procedimento de arbitragem conforme termo de compromisso arbitral firmado em 02/09/2015, entre Secretaria de Portos, CODESP, Libra Terminal 35 S/A e Libra Terminais S/A com a interveniência da ANTAQ. A provisão para perdas estimadas com esse arrendatário, conforme parecer da Superintendência Jurídica, não necessita de redimensionamento em função da transferência do litígio à arbitragem.

8. CRÉDITOS TRIBUTÁRIOS

O detalhamento dos créditos tributários está demonstrado no quadro abaixo:

	30/06/2018	31/12/2017
Saldo negativo de IRPJ	3.626	3.626
Saldo negativo de CSLL	-	-
Outros créditos tributários	371	267
Total	3.997	3.893

9. PARTES RELACIONADAS

Os recursos repassados pelo Porto de Santos ao Terminal Pesqueiro de Laguna-SC, administrado pela CODESP conforme mencionado na nota explicativa nº 1, são de responsabilidade do Ministério dos Transportes, Portos e Aviação Civil. Em função da incerteza quanto ao pagamento por aquele órgão, o valor apresentado é líquido das provisões constituídas para perdas no recebimento de créditos. Os valores relativos aos demais órgãos se referem exclusivamente a ressarcimento de colaboradores cedidos.

	30/06/2018	31/12/2017
Ministério Transportes, Portos e Aviação Civil (líquido)	6.412	4.450
Ministério da Fazenda	14	21
Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento	17	7
Ministério do Trabalho e Emprego	207	104
Total	6.650	4.582

10. BENS DESTINADOS À ALIENAÇÃO

O valor corresponde aos bens baixados do ativo imobilizado são classificados no realizável a longo prazo, em razão de ser necessária a alienação dos mesmos através de leilão, cujo trâmite não permite identificar, com absoluta certeza, se o processo será realizado nos próximos doze meses e se haverá interessados na aquisição dos lotes.

11. DEPÓSITOS JUDICIAIS

Representam valores depositados e vinculados a demandas judiciais até a solução dos respectivos litígios, conforme quadro abaixo:

Detalhe	30/06/2018	31/12/2017
Cíveis	16.648	4.193
Trabalhistas	85.514	82.327
Tributárias	2.559	2.559
Ações Regressivas Trabalhistas – Responsab. Solidária	3.882	-
Total	108.603	89.079

O aumento relevante no valor relativo aos depósitos judiciais cíveis se deve a dois depósitos efetuados nestes dois primeiros trimestres: Depósito Recursal 7,4 mil no Proc.3494/2017 3ª VFS – Intermédica; Depósito Judicial de 5 mil referente ao Portus – Contribuição Patronal, que continuará ocorrendo até decisão sobre o reajuste das contribuições do novo Plano de Custeio.

12. IMOBILIZADO, LÍQUIDO

	30/06/2018	31/12/2017	TAXAS DE DEPRECIACÃO (%)
Mobiliário em geral	1.667	1.842	10,0
Veículos	926	987	10,0
Máquinas, motores e aparelhos	7.657	8.213	3,33 a 10,0
Equipamentos diversos	1.955	2.064	3,33 a 10,0
Outros bens móveis	112	117	4,0 a 12,5
Equipamentos de informática	6.589	7.018	20,0
Edifícios	31.137	31.719	2,0
Instalações	752.976	512.553	1,43 a 10,0
Vias de acesso terrestre	169.219	174.441	1,43 a 6,67
Infraestrutura terrestre	21.165	21.667	1,43 a 6,67
Infraestrutura aquaviária	94.435	94.435	-
Outras construções	552.512	552.705	1,43 a 6,67
Terrenos	4.116	4.116	-
Obras em andamento	57.418	303.231	-
Bens móveis industriais	5.380	6.091	3,33 a 10,0
Bens imóveis industriais	31.902	33.525	3,33 a 10,0
Total	1.739.166	1.754.724	

13. INTANGÍVEL

O valor de R\$ 12.679 (R\$ 14.785 em 31/12/2017) refere-se a licenças de softwares adquiridas e capitalizadas com base nos custos incorridos. Esses custos estão sendo amortizados pela vida útil estimada de até dez anos.

14. SEGUROS

Os valores segurados são determinados e contratados em bases técnicas que se estimam suficientes para cobertura de eventuais perdas decorrentes de sinistros com bens do ativo imobilizado da CODESP e com os bens da UNIÃO sob uso e guarda desta Companhia, e foram contratados para o período de 01-05-18 a 30-04-19.

A apólice de riscos operacionais tem cobertura contra danos materiais a bens móveis e imóveis da empresa e dos bens da União dos quais tem uso e guarda, abrangendo acidentes de natureza súbita e imprevista. Esta cobertura não contempla os bens móveis e imóveis localizados nas áreas arrendadas, cuja responsabilidade do seguro é exclusiva do arrendatário.

A apólice de responsabilidade civil tem a cobertura de danos causados a terceiros em decorrência das atividades desenvolvidas no cumprimento das obrigações da autoridade portuária, previstas na lei 12.815, de 05/06/2013.

	30/06/2018	31/12/2017
Riscos operacionais	425.844	422.357
Automóveis	4.249	4.249
Responsabilidade civil	30.500	30.500

15. SALÁRIOS, PROVISÃO E ENCARGOS SOCIAIS.

	30/06/2018	31/12/2017
Salários a pagar	11.990	12.030
Provisão de férias	35.305	33.243
Encargos sociais	6.632	7.721
Outros	10.465	-
Total	64.392	52.994

16. IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES A RECOLHER

	30/06/2018	31/12/2017
Imposto sobre circulação de mercadorias - ICMS	613	498
Retenção de tributos federais - Lei 10.833/03	2.291	1.946
Retenção para seguridade social - INSS	556	932
Imposto de renda retido na fonte - IRRF	5.728	8.477
Programa de integração social - PIS	1.210	1.182
Contribuição financiamento seg. social - COFINS	5.589	5.542
Imposto sobre serviços - ISS	1.057	1.159
Imposto de Renda e Contribuição Social	3.908	-
Total	20.952	19.736

17. PROVISÃO PARA RISCOS TRABALHISTAS, CÍVEIS E TRIBUTÁRIOS

A Companhia é parte em ações judiciais, decorrentes do curso normal das suas operações, envolvendo questões tributárias, trabalhistas e cíveis. A Administração, com base em informações de seus advogados e análise das demandas judiciais pendentes, constituiu provisão em montante considerado suficiente para cobrir as perdas esperadas com as ações em curso.

MOVIMENTAÇÃO DAS PROVISÕES	Provisões Trabalhistas	Provisões Cíveis	TOTAL
Saldo em 01/01/2017	194.924	193.637	388.561
(+) Adições	20.475	65.142	85.617
(-) Reversão e baixas	(65.202)	(76.942)	(142.144)
Saldo em 31/12/2017	150.197	181.837	332.034
(+) Adições	11.276	14.648	25.924
(-) Reversão e baixas	(6.235)	(11.362)	(17.597)
Saldo em 30/06/2018	155.238	185.123	340.361
Curto Prazo	63.194	102.802	165.996
Longo Prazo	92.044	82.321	174.365

Provisões trabalhistas

Refere-se às estimativas para os processos judiciais trabalhistas de diversas naturezas, cuja probabilidade de desfecho é considerada de perda provável por nossos advogados.

Provisões cíveis

Refere-se basicamente a ações judiciais com pleito de atualização monetária e juros por pagamentos efetuados com atraso, ações judiciais de indenizações e lucros cessantes.

Provisões Tributárias

A empresa não se utiliza de recursos jurídicos para recolher os tributos de forma diferenciada do previsto na legislação. Portanto, não existem fatos geradores que ensejem a constituição de provisão para contingências de recolhimentos efetuados em desacordo com a legislação.

A exceção ao mencionado é em relação ao Imposto Predial e Territorial Urbano - IPTU, que as Prefeituras Municipais de Santos e do Guarujá entendem incidir sobre os imóveis utilizados no Porto de Santos, de propriedade da União, e que não estão registradas no ativo imobilizado da CODESP.

Considerando os julgamentos pelo E. Supremo Tribunal Federal (processos nº 3029/95, 4099/94, 1982/04, 7099/92, 5787/95 e 5765/95) através da 1ª e 2ª Turmas que reconheceram a não incidência do IPTU sobre os imóveis da União, administrados pela CODESP, entendimento este confirmado mediante o julgamento pelo Pleno (Recurso Extraordinário 253472), e conforme parecer dos nossos advogados é desnecessário a constituição de provisão.

Passivos contingentes

Considerando a opinião dos Assessores Jurídicos e a avaliação da Administração, alguns processos possuem expectativa de perda avaliada como possível e devido a esta classificação não são efetuadas provisões contábeis de acordo com as normas do CPC.

Em 30/06/2018, o montante estimado para processos judiciais, cujas probabilidades de perdas foram avaliadas como possíveis pelos advogados da empresa, representativos de contingências

passivas relacionadas a questões trabalhistas foi de R\$ 281.730 e para processos cíveis o valor é de R\$ 39.940, iguais aos valores apontados em 31/12/2017.

18. PLANO DE PENSÃO

A Companhia é patrocinadora, juntamente com outras empresas do sistema portuário nacional, de plano de suplementação de aposentadoria e outros benefícios de risco a funcionários, através do PORTUS - Instituto de Seguridade Social, entidade fechada de previdência privada, fiscalizada pela Secretaria de Previdência Complementar do Ministério da Previdência e Assistência Social. No atual plano de benefício definido, a aposentadoria é calculada pela diferença de (i) 80% do salário médio de participação dos últimos 12 (doze) meses indexados à variação do INPC até a data do início do benefício e (ii) o valor dos benefícios fornecidos pelo sistema oficial de previdência social. O salário de participação é limitado a 3 (três) vezes o limite máximo do salário de contribuição da Previdência Oficial. A responsabilidade da patrocinadora CODESP, incluindo o déficit atuarial conforme cálculo efetuado por empresa contratada pelo PORTUS para execução dos serviços de avaliação atuarial é de R\$ 1.724.967 em 31/12/2017, sem variações apontadas pelo Portus para 30/06/2018, valor esse não reconhecido pela CODESP, motivo pelo qual a questão está judicializada.

As contribuições da empresa com base na folha salarial, referentes aos dois primeiros trimestres de 2018, foram no montante de R\$ 7.529 (R\$ 18.350 em 31/12/2017 e R\$ 8.610 em 30/06/2017).

19. OBRAS EFETUADAS POR ARRENDATÁRIOS

A empresa mantém contratos de arrendamentos operacionais, oriundos de processos licitatórios, de áreas e/ou instalações localizadas dentro do porto organizado, com disponibilização de infraestrutura mínima de acordo com a localização, definidas por configurações denominadas de "sítio padrão", conforme a seguir descritas:

- a) Sítio de Cais: plana, terraplenada (independente da resistência do solo), desimpedida, com profundidade adequada na região contígua ao estuário, com berço disponível em termos de obras civis (na sua forma mais econômica, porém operacional);
- b) Sítio de Retro Área: plana, terraplenada, desimpedida, com acesso rodoviário pavimentado.

Nos contratos cujas áreas existam investimentos negativos, ou seja, necessidade de investimentos para que se atinjam as condições mínimas exigidas nas regras descritas no "Sítio Padrão", tais como aterros, recuperação do solo e construção de berços, os valores dessas obras, a serem realizadas pelo arrendatário, serão ressarcidos pela administração portuária, de acordo com o disposto nos respectivos contratos de arrendamento, no período do prazo contratual remanescente, a contar da data do aceite das obras, em parcelas mensais reajustadas.

A composição do débito está demonstrada no quadro abaixo:

Arrendatário	Desembolso até	Índice Correção	30/06/2018	31/12/2017
Brasil Term. Portuário S.A	30/01/2027	IGP-M	122.067	122.534
Ecoporto Santos S/A	30/06/2023	TJLP	10.270	10.928
Total			<u>132.337</u>	<u>133.462</u>
Curto Prazo			16.275	15.477
Longo Prazo			116.062	117.985

20. CRÉDITOS DA UNIÃO PARA AUMENTO DE CAPITAL

A União destina recursos ao programa de investimentos no Porto de Santos, com a contrapartida de crédito para aumento de capital. Os recursos recebidos pela CODESP, enquanto não capitalizados, sofrem a incidência de encargos financeiros com base na variação da taxa SELIC, conforme previsto no decreto 2.673/98.

	<u>30/06/2018</u>	<u>31/12/2017</u>
Saldo Inicial	719.614	586.847
Aumento de capital no exercício	-	-
Créditos da UNIÃO no exercício	21.750	72.086
Encargos financeiros - Decreto 2673/98	23.337	60.681
Saldo final	<u>764.701</u>	<u>719.614</u>

21. RECEITA DIFERIDA

Os contratos de arrendamentos operacionais assinados com a Administração Portuária envolvem pagamentos parciais feitos antecipadamente (na data do leilão da área arrendada), que são reconhecidos em base linear durante a vigência do contrato de arrendamento mercantil, conforme item 50 do CPC 06. Os contratos com receita diferida são PRES.69/1997, DP-DC.02/2009, DP-DC.01/2010 e DIPRE.45/2016, conforme composição abaixo:

	<u>PRES.69/1997</u>	<u>DP-DC.02/09</u>	<u>DP-DC.01/10</u>	<u>DIPRE.45/16</u>	<u>TOTAL</u>
Saldo 01/01/2017	30.183	157.523	192.113	3.807	383.626
Receita diferida no período	-	-	2.586	-	2.586
Apropriações no período	(5.101)	(8.751)	(10.674)	(878)	(25.404)
SALDO EM 31/12/2017	<u>25.082</u>	<u>148.772</u>	<u>184.025</u>	<u>2.929</u>	<u>360.808</u>
Receita diferida no período	-	-	-	-	-
Apropriações no período	(2.551)	(4.376)	(5.411)	(439)	(12.777)
Saldo em 30/06/2018	<u>22.531</u>	<u>144.396</u>	<u>178.614</u>	<u>2.490</u>	<u>348.031</u>

22. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

22.1 Capital Social Realizado

O Capital Social em 31 de dezembro de 2017 era representado por 136.882.858.511 ações ordinárias e 136.882.858.506 preferenciais, ambas as espécies nominativas, sem valor nominal e de classe única. O último aumento de capital foi efetuado pela AGE de 19/06/2015 com homologação na AGE de 27/11/2015.

Em junho de 2018, a Companhia Docas do Estado de São Paulo - CODESP, conforme Assembleia Geral Extraordinária de 18/05/2018, Deliberação CONSAD nº 042.2018, de 21/05/2018, Decisão DIREXE nº 216.2018, de 24/05/2018 e Parecer CONFIS nº 002.2018, em conformidade às Leis n.º 6.404/1976 e 13.303/2016, bem como ao Decreto nº 8.945/2016, procedeu ao resgate das ações. Portanto, a partir desta data a Companhia Docas do Estado de São Paulo - CODESP passou

a ser uma empresa pública. O pagamento do resgate das ações foi feito com recursos provenientes da Reserva de Retenção de Lucros, não ensejando redução do capital social, mas o cancelamento das respectivas ações. A partir desta data a CODESP tem como únicos acionistas a União Federal, com 273.680.195.271 ações que representa 99,99999984% da participação acionária e a Prefeitura Municipal de Santos, com 436 ações representando 0,00000016% da participação acionária.

22.2 Dividendos propostos e/ou juros sobre o Capital Próprio

Aos acionistas é assegurado, estatutariamente, dividendo mínimo de 25% do lucro líquido do exercício, após a constituição da reserva legal de 5% do lucro termos do artigo 202 da Lei das Sociedades por Ações. A Companhia tem a opção legal de atribuir aos acionistas juros calculados com base na TJLP sobre o patrimônio líquido, que são dedutíveis para fins tributários, podendo ser computados aos dividendos obrigatórios ao final do exercício. A Codesp não adota a política de antecipação dos dividendos intermediários.

	30/06/2018	31/12/2017
Lucro (Prejuízo) do exercício	4.077	44.432
Prejuízos Acumulados	-	-
Compensação de prejuízos acumulados	-	(38.190)
Reserva legal (5%)	-	(312)
Retenção de Lucros	-	(4.430)
Lucro base para cálculo do dividendo	-	5.930
Juros sobre capital próprio 2017	-	1.500

23. OUTROS CRÉDITOS

23.1 CURTO PRAZO

	30/06/2018	31/12/2017
Férias a apropriar	3172	1.548
Renegociação de faturas a receber	12688	11.530
Vales Provisórios	7	-
Sinistros cobertos por apólice	277	288
Cobrança de Plano de Saúde	419	303
Recuperação de Portus - Assistidos	624	1.847
Diversos	148	177
Total	17.335	15.693

23.2 LONGO PRAZO

	30/06/2018	31/12/2017
Renegociação de faturas a receber	11.933	11.479
Multas Receber - Prefeitura Santos - Proc. 54014/2006	126	126
Diversos	3	4
Total	12.062	11.609

24. OUTRAS OBRIGAÇÕES

24.1 CURTO PRAZO

	30/06/2018	31/12/2017
ATP – Adicional de tarifa portuária	6.476	6.476
Adiantamento de Tarifa Portuária	3.292	2.230
Cauções	4.737	4.307
Empréstimos consignados a recolher de funcionários	455	474
Pensões Judiciais	567	534
Contribuições Sociais e Sindicais	271	289
Diversos	1.154	263
Total	<u>16.952</u>	<u>14.573</u>

24.2 LONGO PRAZO

	30/06/2018	31/12/2017
Convenio 002/1990 – União – Laguna	35.832	32.393

25. RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA

	30/06/2018	30/06/2017
Receitas tarifárias		
– Utilização da infraestrutura portuária	213.341	205.105
– Utilização da infraestrutura terrestre	51.040	49.319
– Fornecimento de energia	20.761	18.624
– Outras receitas	5.479	7.017
Receitas de arrendamento		
– arrendamentos operacionais e alugueis	186.198	191.874
Impostos incidentes sobre vendas		
– Imposto sobre serviços – ISS	(10.840)	(7.746)
– Imposto sobre circulação de mercadorias – ICMS	(3.737)	(3.352)
– Programa de integração social – PIS	(7.867)	(7.785)
– Contrib. financiamento seguridade social – COFINS	(36.236)	(35.857)
Total	<u>418.139</u>	<u>417.199</u>

26. CUSTOS OPERACIONAIS

	30/06/2018	30/06/2017
Pessoal, encargos do trabalho e benefícios	(84.259)	(87.643)
Encargos sociais	(26.445)	(28.036)
Serviços de terceiros	(91.492)	(87.430)
Depreciação	(21.692)	(22.143)
Aluguéis	(842)	(1.002)
Utilidades e serviços e materiais	(4.760)	(6.035)
Total	<u>(229.490)</u>	<u>(232.289)</u>

27. DESPESAS ADMINISTRATIVAS E GERAIS

	30/06/2018	30/06/2017
Pessoal, encargos do trabalho e benefícios	(53.600)	(55.932)
Encargos sociais	(11.214)	(12.298)
Serviços de Terceiros	(16.930)	(13.774)
Aluguéis	(5.148)	(4.930)
Utilidades e serviços e materiais	(5.204)	(5.724)
Demandas judiciais	(27.599)	(77.729)
Outras despesas	(4.017)	(4.611)
Total	<u>(123.712)</u>	<u>(174.998)</u>

28. RESULTADO FINANCEIRO

	30/06/2018	30/06/2017
Receitas Financeiras		
Juros e variação monetária	2.269	1.953
Rendimentos de aplicações financeiras	3.799	8.104
Outras	399	289
Receitas Financeiras Totais	<u>6.466</u>	<u>10.346</u>
Despesas Financeiras		
Variação monetária e cambial	(24.547)	(31.925)
Juros pagos ou incorridos	(6.858)	(2.104)
Despesas Financeiras Totais	<u>(31.404)</u>	<u>(34.029)</u>
Resultado Financeiro Líquido	<u>(24.938)</u>	<u>(23.683)</u>

29. OUTRAS RECEITAS OPERACIONAIS

	30/06/2018	30/06/2017
Reversão de provisões	41	17.713
Venda de ativo imobilizado	-	161
Cessão do direito de operacionalização da folha de pagto.	439	439
Diversas	160	1.364
Total	<u>640</u>	<u>19.677</u>

30. OUTRAS DESPESAS OPERACIONAIS

	30/06/2018	30/06/2017
Provisão por insuficiência atuarial – Plano de pensão	-	(2.506)
Provisão para riscos trabalhistas, cíveis e tributários	(8.327)	(8.860)
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(3.443)	(3.290)
Outras	(10.110)	(1.784)
Total	(21.880)	(16.440)

31. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

31.1 Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos

Os valores de Imposto de Renda Pessoa Jurídica – IRPJ e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido – CSLL diferidos são provenientes de diferenças temporárias, e foram calculados à alíquota de 34%. Os valores do imposto de renda e da contribuição social sobre o lucro líquido a pagar e a recuperação dos respectivos saldos diferidos decorrem da apuração de resultados tributáveis e da expectativa de realização das diferenças temporárias, porém essas projeções estão baseadas em premissas que podem apresentar variações em relação aos valores reais.

Os valores estão registrados no ativo não circulante, conforme regulamentação do CPC 26 – Apresentação das Demonstrações Contábeis. A Administração, com base em suas projeções de lucros tributáveis futuros, estima que os créditos tributários registrados sejam realizados.

A origem dos impostos diferidos está detalhada no quadro abaixo:

DETALHAMENTO	31/12/2017			
	VALOR R\$	IRPJ – 25%	CSLL – 9%	ATIVO DIFERIDO
PROV.TRABALHISTA	150.197	37.549	13.518	51.067
PROV.CÍVEL	181.837	45.459	16.365	61.824
CRED.LIQ.DUVIDOSA	391.715	97.929	35.254	133.183
BASE NEGATIVA CSLL	71.157	-	6.405	6.405
PREJ.FISCAL IRPJ	72.549	18.137	-	18.137
TOTAL GERAL 31/12/2017	867.455	199.074	71.542	270.616
DETALHAMENTO	30/06/2018			
	VALOR R\$	IRPJ – 25%	CSLL – 9%	ATIVO DIFERIDO
PROV.TRABALHISTA	155.238	38.810	13.971	52.781
PROV.CÍVEL	185.123	46.281	16.661	62.942
CRED.LIQ.DUVIDOSA	391.715	97.929	35.254	133.183
BASE NEGATIVA CSLL	55.547	-	4.999	4.999
PREJ.FISCAL IRPJ	57.140	14.285	-	14.285
TOTAL GERAL 30/06/2018	844.763	197.305	70.885	268.190

32. PARTICIPAÇÃO DOS EMPREGADOS NO RESULTADO

A empresa reconhece a participação nos resultados com base no lucro atribuível aos acionistas, vinculada ao alcance de metas operacionais e objetivos específicos, estabelecidos e aprovados no início de cada exercício. Estes valores são calculados apenas no final de cada exercício, de acordo com o resultado alcançado.

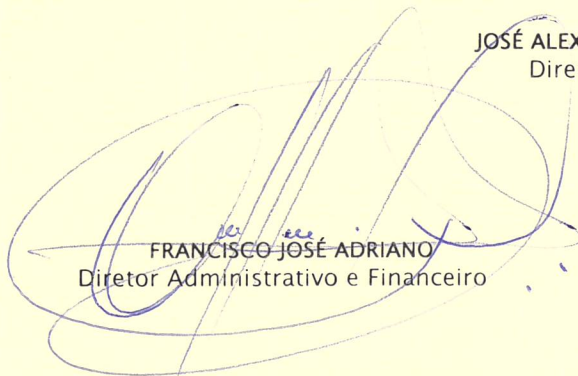
33. REMUNERAÇÃO PAGA A ADMINISTRADORES E EMPREGADOS

As remunerações mensais (base: junho/2018) pagas pela Empresa aos seus dirigentes e funcionários, incluídas todas as vantagens e benefícios efetivamente percebidos, foram:

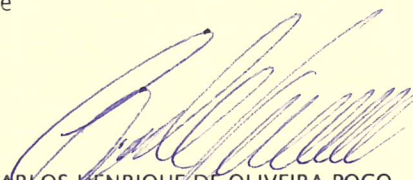
ADMINISTRADORES	em reais
- maior remuneração	37.487,01
EMPREGADOS	
- maior remuneração	37.459,61
- menor remuneração	1.177,60
- salário médio	12.665,18



JOSÉ ALEX BOTELHO DE OLIVA
Diretor Presidente



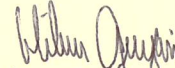
FRANCISCO JOSÉ ADRIANO
Diretor Administrativo e Financeiro



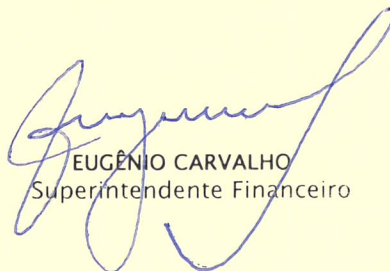
CARLOS HENRIQUE DE OLIVEIRA POÇO
Diretor de Operações Logísticas



CLEVELAND SAMPAIO LOFRANO
Diretor de Relações com o Mercado e Comunidade



HILÁRIO SEGUIN DIAS GURJÃO
Diretor de Engenharia



EUGÊNIO CARVALHO
Superintendente Financeiro



PÊRSIO BELLUOMINI MORAES
Gerente de Contabilidade
CRC 1SP215355/O-0



NOTA TÉCNICA DE AUDITORIA INTERNA Nº 05
ANÁLISE DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS E FINANCEIRAS
PRIMEIRO SEMESTRE DE 2018

1. Com base na amostragem compreendida no Relatório AC-06.2018, examinamos as Demonstrações Contábeis e Financeiras Intermediárias, levantadas em 30 de junho de 2018: Balanço Patrimonial, Demonstrações do Resultado, das Mutações do Patrimônio Líquido, do Fluxo de Caixa, do Valor Adicionado e respectivas Notas Explicativas, relativas ao primeiro trimestre findo naquela data, abrangendo as operações da Companhia Docas do Estado de São Paulo – CODESP, no Porto de Santos (SP) e do Terminal Pesqueiro Público de Laguna – TPPL (SC) conveniado, sob administração desta Autoridade Portuária.
2. Nossos exames foram conduzidos de acordo com as Normas de Auditoria e compreenderam:
 - a) o planejamento dos trabalhos, considerando a relevância dos saldos, o volume de transações e o sistema contábil; e
 - b) a constatação com base em testes, das evidências e dos registros que suportam os valores e as informações contábeis divulgadas.
3. De acordo com os testes efetuados na análise do primeiro semestre de 2018, ressaltamos:

➤ **PORTUS – Instituto de Seguridade Social**, devido às análises controversas existentes nas consultorias contratadas pelas partes (CODESP e PORTUS) para apurar o real valor do aporte atuarial, não foi provisionado valor da dívida.



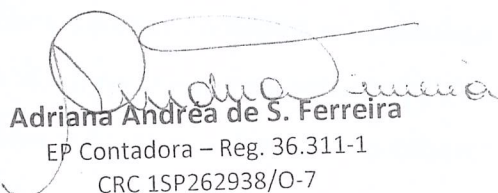


COMPANHIA DOCAS DO ESTADO DE SÃO PAULO - CODESP
AUTORIDADE PORTUÁRIA DE SANTOS

NOTA TÉCNICA DE AUDITORIA INTERNA Nº 05
ANÁLISE DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS E FINANCEIRAS
PRIMEIRO SEMESTRE DE 2018

4. De acordo com o apresentado, exceto quantos aos efeitos de eventuais ajustes que poderão advir do referenciado “item 3” desta Nota Técnica, as Demonstrações Financeiras, mencionadas em seu “item 1”, representam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a situação patrimonial, econômica e financeira da **COMPANHIA DOCAS DO ESTADO DE SÃO PAULO - CODESP**, em 30 de junho de 2018, estando em conformidade com as Normas Brasileiras de Contabilidade e às legislações societária e fiscal em vigor no Brasil.

Superintendência de Auditoria, em 24/08/2018.


Adriana Andréa de S. Ferreira
EP Contadora – Reg. 36.311-1
CRC 1SP262938/O-7